

CONCURSO PÚBLICO



DATA: 15/03/2008
SÁBADO - TARDE

ATENÇÃO	GABARITO
VERIFIQUE SE O SEU GABARITO CONFERE COM O CARTÃO DE RESPOSTAS	X

CARGO: S22 - Advogado

ATENÇÃO

O **Caderno de Questões** contém 50 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E), e um tema de redação.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma opção assinalada e as emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
11. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursofec.uff.br, na data estabelecida no Cronograma Previsto.

BOA PROVA

Caderno de Questões

Realização:



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Triste Fim de Policarpo Quaresma

Lima Barreto

(...) Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo; Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro.

Logo aos dezoito anos quis fazer-se militar; mas a junta de saúde julgou-o incapaz. Desgostou-se, sofreu, mas não maldisse a Pátria. O ministério era liberal, ele se fez conservador e continuou mais do que nunca a amar a “terra que o viu nascer”. Impossibilitado de evoluir-se sob os dourados do Exército, procurou a administração e dos seus ramos escolheu o militar.

Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria.

(LIMA BARRETO, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 11ª Ed. São Paulo, Ática, 1993).

1. De acordo com o trecho lido, podemos apontar como um traço marcante na personalidade de Quaresma:

- A) O descaso por tudo que se referisse ao seu País.
- B) A ausência de qualquer tendência ao regionalismo, porque ele se apegava à pátria como um todo, o que demonstra ser o personagem um ufanista.
- C) O fato de ser um homem moderado em sua maneira de amar o Brasil.
- D) Algumas restrições à política que conduzia o País.
- E) Nenhuma exaltação à pátria em que vivia.

2. A palavra sublinhada em: “Policarpo era patriota.” (1º§) tem a mesma função sintática que a oração abaixo em destaque:

- A) É conveniente que saibas a verdade.
- B) Solicitou que todos saíssem.
- C) Necessitávamos de que nos emprestassem o material.
- D) Tínhamos terror de que perdesse o emprego.
- E) Nosso desejo será que triunfes na vida.

3. No trecho: “Não fora o amor comum...” (1º§), a concordância verbal está correta e o item a seguir no qual NÃO observamos tal correção é:

- A) Amaioria dos alunos concordou com a decisão.
- B) Sairá cedo meu vizinho e teu pai.
- C) Ouviram-se belas melodias.
- D) Tratavam-se de questões importantes.
- E) Mais de um efetuará um empreendimento.

4. Em: “...fora um sentimento sério, grave e absorvente.” (1º§), a concordância nominal está de acordo com as normas gramaticais vigentes e a alternativa abaixo que INFRINGIU tais normas é:

- A) Estavam destruídos a chácara, a ilha e o galpão.
- B) Leu um e outro comentário.
- C) Comprou cinto e carteira vermelhas.
- D) Foi marcada a hora e o dia da prova.
- E) É necessário cautela.

5. Na passagem: “...levando-o a meditações sobre os seus recursos...” (1º§), a regência verbal está perfeita e a opção a seguir da qual NÃO podemos fazer a mesma afirmação é:

- A) Informou ao diretor os acontecimentos da semana.
- B) Revi-lhe ontem no baile.
- C) Cumprimentamo-lo com emoção.
- D) Aquele autor coexistiu com meu pai.
- E) Disfarçou-se o mendigo em outra pessoa.

6. No trecho: “Não tinha predileção por esta ou aquela parte...” (2º§), a regência nominal se apresenta correta e o item abaixo no qual NÃO se observa a mesma correção é:

- A) Permanecia alheio com toda a situação.
- B) O livro foi adequado ao aluno.
- C) Era sempre afável para com todos.
- D) Estou ansioso por abraçar-te.
- E) Aquela questão não foi compreensível a todos.

7. Em: “Desde moço, aí pelos vinte anos...” (1º§), a pontuação obedece às regras gramaticais em vigor, mas a alternativa a seguir em que tal correção NÃO se verifica é:

- A) Crianças, saiam daí!
- B) Ele sai agora; eu, logo mais.
- C) Terminada a aula, retiraram-se.
- D) As autoridades presentes ao evento, assinaram o acordo.
- E) Não façam barulho, porque todos estão trabalhando.

8. A opção abaixo que apresenta o acento indicativo da crase MAL colocado é:

- A) Referiu-se àqueles incidentes.
- B) Suas propostas eram idênticas às dos outros políticos.
- C) Não é esta a consagração à qual aspiro.
- D) Dirigiu-se à fazenda do tio e depois à do avô.
- E) Vivía à expensas da família.

9. O item a seguir em que se encontra, pelo menos, um ERRO de ortografia é:

- A) abscesso / obsequioso;
- B) haurir / hermetismo;
- C) sargeta / agiota;
- D) inadmissível / adquirente;
- E) afrouxar / achincalhar.

10. A alternativa abaixo que NÃO apresenta sujeito é:

- A) Aplaudiram de pé o espetáculo.
- B) Come-se bem naquele restaurante.
- C) Choveram pétalas de rosa sobre os participantes.
- D) Comentou-se o triste incidente.
- E) Fez bastante calor naquela região.

11. A opção a seguir que contém o mesmo tipo de predicado que o da oração: "...mas não maldisse a Pátria." (3º§) é:

- A) Permaneciam satisfeitos pais e mestres.
- B) O avião aterrissou atrasado.
- C) Os atletas estão cansados ultimamente.
- D) Meus alunos leram belas poesias.
- E) Todos consideraram falsa a sua opinião.

12. O processo de formação das palavras: "catarata", "anoitecer", "pesca", "foto" e "tique-taque", respectivamente, é:

- A) derivação sufixal, derivação parassintética, formação regressiva, abreviação, justaposição;
- B) derivação prefixal, derivação parassintética, formação regressiva, abreviação, reduplicação;
- C) derivação prefixal, derivação parassintética, formação regressiva, abreviação, justaposição;
- D) derivação sufixal, derivação prefixal e sufixal, hibridismo, abreviação, reduplicação;
- E) derivação prefixal e sufixal, hibridismo, derivação parassintética, abreviação, reduplicação.

13. Em: "...tanto assim que aquilo que o fazia vibrar..." (2º§), a colocação do pronome átono está perfeita e o item abaixo em que NÃO se observa tal correção é:

- A) Nunca ajudaram-me em nada.
- B) Ia vigiá-lo durante a passeata.
- C) Contar-lhe-ei meus dissabores.
- D) Agora se negam a depor.
- E) Disso me culpavam ontem.

14. A alternativa que apresenta a forma verbal INDEVIDAMENTE conjugada é:

- A) Eu requeiro todos os documentos.
- B) Que se nomeie o melhor!
- C) Premie apenas os bons.
- D) Anseio por notícias suas.
- E) Ele não remedeia nada.

15. Comparando-se a palavra grifada em: O prédio está na **iminência** de desabar, com a em destaque em: É uma pessoa de **eminência** naquela cidade, podemos afirmar que, semanticamente, elas são:

- A) sinônimas;
- B) parônimas;
- C) antônimas;
- D) homônimas;
- E) metáforas.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

16. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se:

- A) somente aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade;
- B) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- C) o direito a uma vida digna e humana para todos os residentes no País;
- D) aos brasileiros residentes no País e aos estrangeiros que aqui se encontrarem a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- E) a todos os cidadãos residentes no País a inviolabilidade da vida privada e aos brasileiros o direito à segurança e à propriedade.

17. Em se tratando de administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a mesma deverá obedecer aos princípios de:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B) eficácia, legalidade, moralidade, agilidade e impessoalidade;
- C) publicidade, eficiência, moralidade, legalidade e eficácia;
- D) impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade;
- E) exclusivamente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

18. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada:

- A) Com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- B) Exclusivamente com recursos financeiros do Poder Público, cabendo à sociedade a fiscalização da prestação do serviço.
- C) Em conjunto com a sociedade civil, visando o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.
- D) Através de programas governamentais federais, estaduais ou municipais para o melhor desenvolvimento do cidadão e do País.
- E) Buscando o preparo do cidadão para o exercício da vida civil e para o trabalho

19. Dentre as modalidades de licitação, aquela realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é:

- A) concorrência;
- B) tomada de preço;
- C) convite;
- D) concurso;
- E) leilão.

20. Para a fase preparatória do pregão, nos autos do procedimento deverão constar os elementos técnicos indispensáveis sobre os quais estiverem apoiados, bem como:

- A) o orçamento elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação dos bens ou serviços a serem licitados;
- B) a fase interna do pregão com a convocação dos interessados;
- C) a manifestação motivada do licitante;
- D) convocação para apresentação da proposta detalhada;
- E) a convocação dos licitantes para o atingimento da totalidade do quantitativo.

21. Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, o funcionário ocupante do cargo efetivo ou em disponibilidade, nomeado para cargo em comissão, perderá, durante o exercício desse cargo:

- A) o direito de receber a remuneração inerente àquele cargo;
- B) o vencimento ou remuneração do cargo efetivo, salvo se optar pelo mesmo;
- C) o direito de concorrer à nova vaga para cargo em comissão;
- D) o cargo efetivo;
- E) a vaga do cargo em comissão, caso opte por perceber apenas a remuneração do cargo efetivo.

22. O modo pelo qual o funcionário público é provido no cargo, decorrente de decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento do vencimento, direitos e vantagens inerentes ao cargo, é denominado (a):

- A) transferência;
- B) nomeação;
- C) readaptação;
- D) reintegração;
- E) reversão.

23. O funcionário que apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público ou particular de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, comete crime de:

- A) peculato;
- B) excesso de exação;
- C) concussão;
- D) corrupção passiva;
- E) condescendência criminosa.

24. Quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ele estará cometendo crime de:

- A) estelionato;
- B) peculato;
- C) corrupção;
- D) concussão;
- E) prevaricação.

25. O funcionário público que entra no exercício da função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la sem autorização, mesmo depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso, estará sujeito ao crime de:

- A) exercício ilegal da função;
- B) violação do Estatuto dos Funcionários Públicos de Niterói;
- C) exercício funcional ilegalmente antecipado e prolongado;
- D) transgressão do Código de Normas Municipal;
- E) ocupação de cargo inexistente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Dentre outros, serão registrados em registro público a sentença declaratória de ausência e:

- A) demais atos judiciais;
- B) abandono de menores;
- C) morte presumida;
- D) ocultação de filiação;
- E) atos extrajudiciais.

27. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado:

- A) direito regressivo contra os causadores do dano, se houver por parte destes culpa ou dolo;
- B) se o agente causador for pessoa jurídica de direito público externo;
- C) ausência definitiva do terceiro interessado;
- D) caso fortuito ou força maior;
- E) estado declarado de guerra.

28. Nas classificações dos diferentes tipos de bens, podemos considerar que bens móveis são aqueles suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou:

- A) qualidade;
- B) destinação econômico-social;
- C) espécie;
- D) caráter patrimonial;
- E) quantidade.

29. Em se tratando de benfeitorias é correto afirmar que são voluptuárias aquelas:

- A) que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore;
- B) consideradas melhorias ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário;
- C) que aumentam ou facilitam o uso do bem;
- D) de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor;
- E) que abrangem as pertencas do bem principal.

30. São bens fungíveis aqueles móveis que podem substituir-se por outros:

- A) com a mesma qualidade e quantidade;
- B) que reunidos naturalmente tornam-se divisíveis;
- C) da mesma espécie, qualidade e quantidade;
- D) da mesma substância;
- E) com as mesmas características de quantidade e qualidade.

31. Em se tratando de capacidade postulatória, o juiz dará curador especial ao:

- A) cônjuge para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários;
- B) inventariante para representar o espólio;
- C) condomínio quando ausente o administrador ou síndico;
- D) incapaz, sempre que não tiver representante legal ou que os interesses forem comuns;
- E) réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.

32. Dentre outros, são deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e:

- A) expor a verdade;
- B) não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final;
- C) não produzir provas contrárias ao pedido inicial;
- D) proceder com dignidade e humanidade;
- E) responder aos chamados judiciais sob pena de extinção do processo.

33. Na ação em que terceiro reivindica a coisa cujo domínio foi transferido à parte, é obrigatória a denúncia da lide a fim de que a parte:

- A) possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;
- B) exerça diretamente a representação em juízo;
- C) possa exigir indenização quando provada a má-fé na transação;
- D) obrigue o proprietário anterior a comprovar a alienação;
- E) comprove a evicção.

34. O credor não poderá iniciar a execução, ou nela prosseguir, se o devedor cumprir a execução, mas poderá recusar o recebimento da prestação estabelecida no título executivo se:

- A) preferir receber os juros e correções monetárias estabelecidas em juízo;
- B) optar pelo pagamento integral da dívida;
- C) ela não corresponder ao direito ou à obrigação;
- D) pretende opor embargos ao valor oferecido pelo devedor;
- E) o título executivo estiver fundado em direito real.

35. Quando o devedor não possui domicílio certo e intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo, o remédio jurídico correto é:

- A) seqüestro;
- B) busca e apreensão;
- C) pedido de caução;
- D) arresto;
- E) penhora.

36. A(s) espécie(s) de *habeas corpus* previstos pela Constituição Federal, são:

- A) preventivo;
- B) liberatório;
- C) cautelar;
- D) incidental;
- E) preventivo e liberatório.

37. O instituto processual que tem como objeto a correção de ato comissivo ou omissivo de autoridade, marcado pela ilegalidade do abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de poder público é denominado:

- A) *Habeas data*;
- B) *Habeas corpus*;
- C) Mandado de segurança;
- D) Medida cautelar;
- E) Medida cautelar incidental.

38. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo nos casos de comprovada má-fé:

- A) responsável pelas informações prestadas;
- B) restrito ao compromisso assumido;
- C) resguardado pela honestidade e imparcialidade;
- D) isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- E) isento de prestar compromisso judicial.

39. Para que possa ser declarada a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo do Poder Público é necessário que o tribunal possua:

- A) presença de um terço dos membros efetivos;
- B) a presença da maioria absoluta dos membros efetivos;
- C) um quinto dos membros do órgão especial presentes;
- D) maioria relativa dos membros ou do respectivo órgão especial;
- E) maioria absoluta de seus membros ou do respectivo órgão especial.

40. Para o caso de compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração cujas necessidades de instalação e localização estejam condicionadas a sua escolha e, em sendo o preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, é correto afirmar que:

- A) a licitação deverá ocorrer na modalidade de concorrência;
- B) a licitação deverá ocorrer na modalidade de convite;
- C) a licitação deverá ocorrer na modalidade de concurso;
- D) a licitação deverá ocorrer na modalidade de leilão;
- E) é dispensável a licitação.

41. Quando necessário a modificação do edital de licitação publicado, é exigido que o mesmo seja divulgado pela mesma forma que se deu o texto original reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, EXCETO quando:

- A) o recebimento das propostas ocorrer com antecedência de até 15 dias;
- B) a publicação do edital for resumida, ou na modalidade de expedição de convite;
- C) o serviço for necessário e urgente;
- D) inquestionavelmente e a alteração não afetar a formulação das propostas;
- E) for publicado em jornal de grande circulação do Estado.

42. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- A) identidade pessoal dos sócios e diretores;
- B) comprovação de endereço;
- C) regularidade fiscal;
- D) qualificação sócio-econômica;
- E) comprovação de habilitação junto aos órgãos federais.

43. Na fase externa do pregão a convocação observará várias regras, dentre elas podemos destacar que do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que:

- A) poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;
- B) ocorrerá a abertura das propostas entregues;
- C) será definida a minuta do contrato;
- D) poderá ser consultado o procedimento;
- E) poderão ser recebidos os lances.

44. Para as obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia deve ser elevado para:

- A) 15%;
- B) 20%;
- C) 10%;
- D) 50%;
- E) 25%.

45. O estabelecimento oficial de crédito que não entregar, no prazo, a qualquer Município, na forma da Lei Complementar 63/90, as importâncias que lhes pertencem ficará sujeito:

- A) às multas legais pertinentes;
- B) à suspensão do contrato administrativo;
- C) à Cobrança judicial;
- D) às sanções aplicáveis aos estabelecimentos bancários que deixam de cumprir saques de depositantes;
- E) processo administrativo para apuração do crime cometido e posterior cobrança judicial.

46. A duração normal do trabalho para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite, assim:

- A) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho será considerado jornada de trabalho;
- B) não será computado como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a cinco minutos;
- C) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho será computado como jornada extraordinária;
- D) o empregado que optar pelo regime de tempo total não terá direito ao recebimento de jornada extraordinária;
- E) será computado como jornada extraordinária a variação de dez minutos no horário de registro de ponto.

47. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno:

- A) sempre que compreender a execução de trabalho entre o horário de 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte;
- B) e a remuneração terá um acréscimo de 30% sobre a hora diurna;
- C) sempre que compreender a execução de trabalho entre o horário de 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte;
- D) e a hora do trabalho noturno será com 50 minutos e 30 segundos;
- E) e, nos horários mistos, aplica-se às horas de trabalho diurno.

48. Será direito do empregado após cada período de 12 meses de vigência de contrato de trabalho o gozo de férias. Na modalidade do regime de tempo parcial, o empregado terá direito a férias na seguinte proporção:

- A) dezessete dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas até o limite de vinte e cinco horas;
- B) quinze dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas até o limite de vinte e duas horas;
- C) dez dias, para a duração do trabalho semanal superior a dezoito horas até o limite de vinte e duas horas;
- D) quatorze dias, para a duração do trabalho semanal superior à quinze horas até o limite de vinte horas;
- E) oito dias, para a duração do trabalho semanal igual ou superior a cinco horas.

49. A aprovação do quadro das atividades e operações insalubres, bem como as normas e os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agente será de competência do(a):

- A) Ministério Público do Trabalho.
- B) Agência Nacional de Saúde.
- C) Procuradoria Federal do Trabalho.
- D) Ministério do Trabalho.
- E) Engenheiro do Trabalho.

50. Integram o salário do trabalhador, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador as gorjetas que receber como contraprestação dos serviços prestados, daí considera-se gorjeta:

- A) a importância paga espontaneamente pelo cliente ao empregado e também a cobrada pela empresa como adicional nas contas a qualquer título;
- B) somente a importância paga espontaneamente pelo cliente ao empregado;
- C) toda e qualquer cobrança extra, incluída na conta final apresentada ao cliente;
- D) toda importância extra recebida pela empresa, a qual deverá ser distribuída aos empregados;
- E) qualquer vantagem obtida pelo empregado quando do recebimento da conta final apresentada ao cliente.

TEMA DA REDAÇÃO

Redija um texto dissertativo sobre este assunto, em cerca de 20 a 25 linhas, apresentando, com clareza, sua opinião e fundamentando-a com argumentos consistentes.

O fantasma do desemprego rondando a sociedade, contas a pagar, remédios, alimentação, bem como outros encargos financeiros dos quais não podemos nos eximir. O concurso público se oferece, então, como solução definitiva, para o emprego tão sonhado, garantido para toda a vida, a porta aberta, enfim, para a entrada no mercado de trabalho.

RA SCUNHO